'Igrejofobia'

Frente evangélica vê 'ataque explícito' do governo Lula em ato da Receita

A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional emitiu anteontem nota de repúdio a um ato Receita Federal que altera a forma de recolhimento previdenciário de líderes religiosos. O texto é assinado pelas Frentes Evangélicas da Câmara e Senado. Ao todo, 132 deputados e 14 senadores compõem os blocos. Na mensagem, os parlamentares afirmam ver "com grande estranheza" a revogação da norma que, em 2022, garantiu a ministros religiosos a condição de

contribuinte individual. Com isso, as organizações religiosas ficam desobrigadas de recolher taxas previdenciárias sobre a remuneração dos ministros, chamada de prebenda.

"Fica muito claro os ataques que continuamente vêm sendo feitos ao segmento cristão através das instituições governamentais", dizem os congressistas no documento. "Trata-se de um 'ataque explícito' ao segmento religioso, parcela importante da sociedade brasileira". Segundo a nota, "são ações como essa que, cada vez mais, afastam a população cristã" do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

"Lamentavelmente, neste governo, estamos convivendo com a 'igrejofobia', a 'bibliofobia' e, agora, a 'sacerdotiofo-

bia", disse ao **Estadão** o deputado Eli Borges, coordenador da Frente Evangélica da Câmara.

FAZENDA. Procurado para comentar sobre as críticas dos parlamentares, o Palácio do Planalto se limitou a informar que a decisão é de responsabilidade do Ministério da Fazenda, e que a Receita acatou determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU afirmou que o caso está em análise e a inda não há um posicionamento sobre as prebendas. ● JULIANO GALIS

Segurança

Acordo com sindicato dá reajuste de 60% a policiais penais federais

RAYSSA MOTTA

Excluídos do reajuste salarial anunciado em dezembro às forças de Segurança Pública, os policiais penais federais conseguiram agora um acordo próprio para recomposição dos salários. A categoria terá um aumento médio de mais de 60%. O salário final saltará de cerca de R\$ 13 mil para R\$ 20 mil.

Há aproximadamente 1,6 mil servidores em operação nas cinco penitenciárias federais do País. O acordo foi firmado entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e a Federação Nacional dos Policiais Penais Federais na terça-feira. Além da recomposição salarial, o governo deve apresentar um projeto

Categoria Penitenciárias ligadas à União têm 1,6 mil servidores; salário final chegará a R\$ 20 mil

de lei para regulamentar a estrutura da carreira e exigir nível superior nos próximos concursos públicos. O Planalto e o sindicato entraram em consenso após cincor euniões ao longo dos últimos meses.

O reajuste anunciado em dezembro havia sido restrito a agentes da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Eles receberam a promessa de um aumento escalonado ao longo de três anos, a partir de agosto. Delegados da PF vão ganhar até R\$ 41 mil ao final do período e servidores do topo da carreira na PRF vão receber R\$ 26 mil. ●





e fotos dos alunos FB aprovados no IME e no ITA.











O ITA VEM AÍ. O FARIAS BRITO COMEMORA A CHEGADA DO ITA AO CEARÁ.

pressreader Presseader.com +1 604278 460, correct notes to correct notes t